

CONFERÊNCIA MAGISTRAL

PATRIMÔNIO, MUSEOLOGIA E SOCIEDADES EM TRANSFORMAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O MUSEU INCLUSIVO

Prof. Dr. Tereza Cristina Scheiner

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio
(PPG-PMUS – UNIRIO/MAST), RJ, Brasil

Introdução

As incontáveis mudanças do ambiente contemporâneo vêm influenciando de forma espetacular as bases conceituais e éticas da Museologia. Em consequência, as categorias conceituais em uso até os anos 1990 - nas quais baseavam-se a classificação de museus e os códigos específicos da Museologia - foram revistas e diversificadas, dando origem a novos conceitos, mais adequados às novas realidades. A Nova Museologia, paradigma dos anos setenta e oitenta, coexiste agora com novas teorias e práticas, como o Museu Virtual. Há uma tendência geral a compreender o Museu já não mais como instituição, mas como fenômeno social, capaz de atuar não apenas no estudo e na conservação da cultura mas também de gerar novos conhecimentos e influir de modo positivo no desenvolvimento social. Um dos desafios da prática museológica, hoje, é justamente compreender e aceitar o Museu para além de suas bases institucionais: como fenômeno, obra aberta, processo - instância simbólica cuja identidade se constitui nas diferentes formas de relação entre homem, sociedade, cultura e natureza.

A expressiva vinculação da Museologia às diretrizes mundiais de cultura e desenvolvimento revela uma imagem bastante nítida do seu potencial de mobilização cultural – que deve traduzir-se, em âmbito nacional e local, por práticas que verdadeiramente se alinhem às necessidades das populações. A Museologia reforça, hoje, seu caráter social: museus atuam em comum objetivo com as áreas e expressões patrimoniais e com as agências dedicadas ao meio ambiente, desenhando estratégias voltadas para um desenvolvimento mais harmonioso das populações. Estas premissas, que integram a *Carta da Terra*¹, constituem uma chamada à responsabilidade, da qual não podemos nos eximir.

1. Identidade, Multiculturalidade: reflexos da transformação

O tema das identidades e do pluralismo cultural tornou-se obrigatório para a comunidade acadêmica desde a adoção dos paradigmas de pensamento definidos ao longo dos anos 1960. Percebidas como valores em ascensão, as questões identitárias e da multiculturalidade são incorporadas à agenda ética

¹ Documento elaborado em 1999, em cumprimento a compromissos assumidos pelos Estados Nacionais durante a Rio92.

de todos os povos que visam garantir uma coexistência digna, em território comum; e passam a fundamentar novas tendências ideológicas, influenciando a agenda de debates no campo da política e da economia, do âmbito local ao global. Países de tradição colonialista abrem espaço para o debate sobre a diferença e as identidades - tanto as reconhecidas, fundadas na Tradição, como as novas articulações identitárias, geradas nas múltiplas e ricas interfaces sociais dos grupos sociais emergentes; e o diálogo intercultural torna-se tema imperativo e base de estratégias de ação em prol da democracia e da paz mundial. Os estudos multiculturais enfatizam o trabalho integrado com as sociedades antes ditas 'simples' e com os mais diversos grupos de interesse no interior de qualquer sociedade. Multiplicam-se os estudos sobre etnias e grupos culturalmente diferenciados.

Interessantes parcerias se desenvolvem com organizações étnicas, governos tribais, grupos de vizinhança, associações de bairro, organizações profissionais e minorias de todos os tipos.

Percebe-se que o termo 'minorias' não se refere necessariamente a comunidades com algumas centenas de pessoas: o inventário internacional dos povos indígenas, realizado pelas Nações Unidas em 1993², revelou que estes representavam, na época, cerca de 4% da população mundial – um contingente de mais de 250 milhões de indivíduos, pertencentes a cerca de 5.000 sociedades distintas, distribuídas pelo território de 70 países³. O trabalho com as denominadas 'minorias' torna-se assim tema de alta relevância estratégica - especialmente em países como a China, com suas 55 minorias étnicas oficialmente reconhecidas, representadas, em 2000, por 106,43 milhões de pessoas, um número que excede a população da maior parte dos países da Europa e também do México, Austrália e Canadá. Trata-se de um universo altamente significativo, e que deve ser analisado com a maior atenção e respeito.

Estas e outras realidades comprovam que as narrativas da cena social devem ser necessariamente plurais, possibilitando que as muitas identidades constitutivas do corpo social sejam bem representadas - questão prioritária no campo da Museologia e do Patrimônio. Uma abordagem verdadeiramente multicultural implica não apenas numa aproximação da diversidade desde o ponto de vista de quem a realiza (abordagem *Um para Muitos*), mas também em permitir que as diferentes culturas se vejam e se relacionem umas às outras, à sua própria maneira (abordagem *Muitos para Muitos*). Este é o genuíno significado da expressão **diálogo intercultural**. E é o que verdadeiramente gera a tolerância.

2. Patrimônio e Museus no Cenário Global

Desde os anos 1960, uma série de Cartas e Declarações vem reafirmando o compromisso das organizações mundiais com o diálogo intercultural. Tais documentos se pluralizaram a partir do advento do século 21. Como exemplo, poderíamos citar a *Declaração Universal para a Diversidade Cultural* (UNESCO, 2002) e a *Convenção para a Proteção e*

² Ano Internacional das Comunidades Indígenas - UNESCO.

³ No mesmo ano, os participantes da *Primeira Conferência Internacional sobre os Direitos de Propriedade Intelectual e Cultural dos Povos Indígenas* declarou o direito dessas comunidades à autodeterminação e a sua produção cultural e intelectual.

Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005). A defesa da diversidade inclui o compromisso ético com o respeito aos direitos humanos e à liberdade, bem como a garantia de acesso livre ao conhecimento - dos saberes tradicionais às novas tecnologias. Neste contexto, adquirem especial importância a diversidade lingüística e as tradições orais, bem como a sua interface com as novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs) - questões já abordadas de modo enfático em documentos como a *Carta para a Preservação do Patrimônio Digital* e a *Convenção Internacional de Proteção ao Patrimônio Imaterial* (UNESCO, 2003)⁴.

Dá-se ainda ênfase especial às tradições orais na Web, onde centenas de grupos culturais desenvolvem ferramentas digitais para a defesa de sua estrutura lingüística. Vários exemplos se destacam nesta perspectiva: na Tanzânia, um projeto desenvolvido desde 2003 cria facilidades digitais nas onze línguas tradicionais do país; no Mali, uma Academia Africana de Línguas (ACALAN) defende a continuidade do uso das línguas tradicionais e promove o registro digital de 20 línguas africanas, além de inúmeros dialetos locais. Na América latina, um Instituto para a Língua e a Cultura Aymaras (ILCA) desenvolve um trabalho de valorização da língua aymara e de outras línguas andinas.

O desenvolvimento de programas comuns - como o portal criado por quatorze países da região Ásia-Pacífico, para intercâmbio técnico em comunicação e marketing das tradições culturais indígenas - ajuda a proteger as línguas tradicionais e propicia uma rica interface entre estas e as línguas hegemônicas de cada país, atuando como poderosa ferramenta de intercâmbio cultural. Um bom exemplo deste novo universo de possibilidades são os *sites* lingüísticos da China, que oferecem informações bilíngües (em inglês e chinês) sobre todas as línguas faladas no país, incluindo 2.548 diferentes dialetos. Ainda no continente asiático destaca-se a Índia, que desde 2003 disponibilizou o sistema Linux em Hindi e Sânscrito, ampliando em seguida a oferta para onze outras línguas faladas no país.

As políticas globais sobre cultura e patrimônio desenvolvem-se, hoje, em estreita relação com as políticas de desenvolvimento sustentável - levando à adoção de estratégias que sintonizam economia, proteção à natureza e a valorização das condições de vida humana. Tudo isto tem estreita relação com o campo cultural: **a questão-chave da ética contemporânea é precisamente criar (ou re-criar) uma dimensão normativa para o comportamento humano que não esteja baseada em valores monetários, mas no reconhecimento e respeito aos valores considerados 'culturais'.**

Perceber a ética como valor implica ir além do âmbito do conhecimento, em direção ao mais profundo dos sentimentos humanos: a emoção. É no âmbito da sensibilidade, dimensão onde se originam a inquietude, o desejo e as mais profundas percepções que poderemos

⁴ Consideramos o ano de 2003 emblemático para o campo da Museologia e do Patrimônio: neste ano, a 32a. Conferência Geral da UNESCO adotou a *Convenção Internacional de Proteção ao Patrimônio Imaterial* e a *Declaração sobre Destruição Intencional do Patrimônio*, além de iniciar as negociações para uma convenção sobre diversidade cultural. Os Estados Partes realizaram a 14a. Assembléia da Convenção de 1972 sobre Patrimônio Mundial e uma reunião da Convenção de 1970 sobre Tráfico Ilícito de Bens Culturais. Adotou-se ainda a *Recomendação sobre Multilingüismo e Acesso Universal ao Ciberespaço* e a *Carta sobre Preservação do Patrimônio Digital*. No campo das ciências, iniciaram-se os trabalhos para a adoção de um instrumento universal sobre bioética, mais abrangente do que a Declaração Universal sobre Genoma Humano e Direitos Humanos (1997); e foi aprovada a *Declaração Internacional sobre Dados Genéticos Humanos*. Fonte: <<http://portal.unesco.org/>>. Acesso em: 14.08.2010.

desenvolver novas percepções da alteridade e gerar a verdadeira transformação social - a que se desenvolve quando nos sentimos capazes de ver o Outro na plenitude de nossa individualidade, de nossa humanidade. Somos, portanto, responsáveis pelos modos e formas através dos quais nos relacionamos com a cultura, o patrimônio e as identidades, em todas as esferas da vida cotidiana. Espera-se que as instituições ligadas à cultura e ao patrimônio estejam preparadas para adequar-se a essas (novas) realidades e que contribuam para legitimar a mudança. Mas é certamente um grande desafio administrar essas instituições no fluido cenário global.

Neste cenário, os museus têm um papel de enorme significação. Lembremos que os museus encontram-se hoje em evidencia, não apenas pela sua relevância como agências para a geração e a comunicação de cultura, mas também (e principalmente) devido a sua capacidade de atuar junto ao imaginário coletivo. Estar em evidencia é algo que os museus sempre quiseram alcançar - mas nem todos encontram-se totalmente preparados para fazer frente às necessidades e expectativas que advêm de tal visibilidade. E a principal responsabilidade encontra-se, naturalmente, nas mãos dos museólogos, especialmente os responsáveis pela administração de museus e do patrimônio. A questão é de tal relevância que o ICOM dedicou a ela sua Conferência Geral de Museus em 2001: *Administrando a Mudança: museus frente aos desafios socioeconômicos (Managing Change: museums facing socio-economic challenges)*.

Para adaptar-se aos desafios contemporâneos, os profissionais de museus devem: a) reconhecer os novos paradigmas de pensamento que influenciam os museus e a Museologia, já que não é mais possível perceber o Museu sob os paradigmas de uma extinta Modernidade; b) desenvolver a capacidade de atuar em sintonia com os novos paradigmas - elaborando narrativas e práticas que efetivamente representem os valores das sociedades contemporâneas; e c) implementar novas formas de relação entre os museus e o corpo social, valorizando a presença do especialistas e ao mesmo tempo abrindo espaço à participação comunitária. Devem, ainda, reconhecer o Museu como fenômeno e a Museologia como disciplina dedicada ao estudo do Museu, desenvolvendo competência técnica adequada à prática museológica e cuidando de sempre renovar seu compromisso ético frente à sociedade.

Incorporar à prática museológica as premissas de trabalho intercultural torna-se, portanto, mais que necessidade técnica, um imperativo ético.

Pode-se ver como tais premissas passaram a refletir-se diretamente no texto revisado do *Código de Ética Internacional para Museus*, aprovado pela Assembleia Geral do ICOM de 2004. Entre os princípios definidos pelo novo Código, destaca-se o de no. 06, segundo o qual "museus trabalham em estreita colaboração com as comunidades das quais se originam suas coleções, bem como aquelas a que servem". O texto define que "coleções de museus refletem a herança natural e cultural das comunidades das quais derivam. Assim sendo, seu caráter vai além da propriedade comum, que pode incluir fortes afinidades com a identidade nacional, regional, local, étnica, religiosa ou política. É importante, então, que as políticas de museus respondam a essa possibilidade"⁵.

⁵ Museums work in close collaboration with the communities from which their collections originate as well as those they serve. Principle: Museum collections reflect the cultural and

Para atingir tais metas é necessário reavaliar os conceitos de *Patrimônio* e de *Museu* e também as representações a eles vinculadas - incorporando à prática museológica a idéia de um patrimônio integral, que se estenda do território e dos objetos materiais às representações imateriais da natureza e da cultura humana; e identificando as matrizes de pensamento que fundamentam as narrativas sobre o patrimônio, nas suas relações com os conceitos de Humanidade, Natureza, Espaço, Tempo e Acontecimento, em todos os sistemas de pensamento, especialmente os da Atualidade.

Deve-se ter em conta que patrimônio é um conceito polissêmico, que se refere essencialmente ao conjunto de elementos que cada indivíduo ou grupo percebe como pertencendo a sua esfera pessoal. Como recurso, está ligado às relações que cada grupo social estabelece com sua produção simbólica; portanto, é um conceito diretamente influenciado pelas percepções de Natureza e Cultura de cada grupo social. **A percepção do patrimônio não deriva da Lei ou de governos - mas se constrói no plano pessoal**, no coração e da mente de cada um de nós, em relação com o modo pelo qual cada indivíduo percebe a si mesmo e ao mundo. Assim sendo, a primeira questão que se coloca para reconhecer o que é patrimônio é a seguinte: o que é importante para mim (como pessoa ou grupo)?

Devemos então compreender o patrimônio como totalidade, ou como um conjunto de totalidades, articulado de modo complexo. Pois a relação fragmentada entre natureza e cultura, entre tangível e intangível é um artifício: tudo, na verdade, se relaciona com tudo. E se tudo pode ser patrimônio, tudo pode ser musealizado. Como hoje se sabe - e já foi amplamente ratificado pelo ICOM - museus não tratam de objetos, mas do patrimônio integral. E, assim como o patrimônio, o Museu é também um conceito polissêmico: ambos se referem a todas as formas de realidade, das manifestações da mente humana à biosfera.

3. Museologia - fundamento teórico para a prática museológica

O debate sobre patrimônio, desenvolvimento e diversidade cultural vê-se reforçado por uma fundamentação teórica bem definida. É disto que trata, hoje, a Museologia - e é esta a missão essencial do ICOM e do ICOM LAM.

Ao trabalhar os fundamentos teóricos da Museologia, compreende-se a complementaridade entre a lógica holística e a lógica da diversidade: ainda que todos os sistemas possam ser percebidos como Um, eles abrigam em seu interior a potencia do Múltiplo; por outro lado, cada Múltiplo é constituído por uma série de elementos, cada um deles completo em si mesmo. Perceber a realidade de forma holística pode ser o ponto de partida para uma nova interpretação dos fenômenos socioculturais - já que isto permite uma nítida percepção das complexas relações entre cultura, sociedade, patrimônio e museus. Mas é a aproximação das tensões que se criam entre o Uno e o Múltiplo que nos permitirá reanalisar os códigos de conduta historicamente

natural heritage of the communities from which they have been derived. As such they have a character beyond that of ordinary property which may include strong affinities with national, regional, local, ethnic, religious or political identity. It is important therefore that museum policy is responsive to this possibility. ICOM Code of Ethics for Museums, 2004. Disponível em <www.icom.org>. Acessado em 14.08.2010.

definidos como 'universais', compreendendo que eles representam valores culturais de grupos hegemônicos, em situações específicas.

Sob a influência desses novos paradigmas, fortalece-se a cada dia a percepção do Museu como fenômeno, originado não da presença de coleções mas das relações criativas desenvolvidas pela sociedade humana com os diferentes ambientes naturais e culturais, no tempo e no espaço, em sintonia com as visões de mundo de cada grupo social. O Museu é Um, mas se revela à sociedade humana como Múltiplo: forma simbólica em permanente construção, transcende a materialidade dos objetos, relacionando-se a todas as práticas, valores e experiências humanas.

Como já dissemos anteriormente (SCHEINER, 2004), Museu e Patrimônio são percebidos, hoje, como instrumentos semióticos, que "se desdobram em todas as direções: dos mundos interiores da percepção humana aos sentidos do corpo; do indivíduo à sociedade; do tangível ao virtual; do local ao global". Poderosas construções simbólicas, "fundamentam-se na percepção identitária presente em todos os jogos de memória, sob a mais diferentes formas". Saber *como* e *o quê* o Museu significa é, hoje, uma das tarefas da Museologia. E tal estudo é implementado por meio de estratégias apropriadas de valorização de identidades, em ambientes de permanente mudança cultural. Para entender o Museu é preciso também perceber sociedade, cultura e patrimônio como instâncias plurais: isto tornará possível compreender os mecanismos através dos quais os museus interagem com o corpo social, no tempo e no espaço - e também as complexas relações que cada sociedade com eles estabelece. É precisamente no encontro destas tendências que poderão ser identificados os valores mencionados acima e que configuram os fundamentos éticos da Museologia e do patrimônio: a) reconhecimento da pluralidade cultural; b) respeito pela natureza e pela essência cultural de todos os grupos; c) defesa das condições ambientais e culturais capazes de promover o bem estar e o desenvolvimento sustentável. Estes são os pontos focais para a implementação de políticas e diretrizes para a área cultural e para o campo da Museologia e do patrimônio.

As mudanças na Museologia teórica e aplicada tornam necessário revisar o papel e as responsabilidades dos museus e dos profissionais do campo, que devem identificar sob que perspectivas essas relações devem ser abordadas. Colocar em prática tais premissas requer constante organização e um esforço de renovação teórica e técnica, por parte dos programas de capacitação profissional. Para atender à perspectiva multicultural, programas de capacitação para museus e patrimônio devem ser criados para grupos específicos de interesse, nas suas línguas de origem - e, sempre que possível, com especialistas dos próprios grupos. Isto reforça a necessidade de museus e instituições nacionais e regionais de patrimônio estimularem o desenvolvimento de programas de '*training for trainers*', em todas as esferas da teoria e da prática.

Outra meta a ser alcançada é a adaptação das práticas aos problemas específicos de cada sociedade e/ou região, com o desenvolvimento de alternativas locais para a implementação das funções museológicas básicas, sem o comprometimento da qualidade do trabalho. Ajudar as diferentes sociedades a desenvolver uma auto-percepção equilibrada e uma visão clara de sua significação e de sua presença no planeta pode ser uma perspectiva complexa para aqueles que ainda abordam o patrimônio de modo tradicionalista; mas é meta totalmente alcançável quando os museus abordam a cultura e o patrimônio de modo plural. A mudança deve ocorrer tanto no

desempenho das funções museológicas como no comportamento dos profissionais de museus: estes deverão adotar um conceito de democracia que leve em conta os valores de todos os grupos sociais como igualmente relevantes; e reconhecer os direitos essenciais de todos os grupos ao seu patrimônio simbólico e material. O respeito às comunidades como responsáveis pelo seu patrimônio implicará num delicado e continuado debate sobre a capacidade de manejo compartilhado das evidências patrimoniais, especialmente nos casos em que tal responsabilidade é compartilhada por grupos de diferentes matrizes culturais. Encontrar o equilíbrio entre eles pode ser um processo muito delicado - e, nesses casos, os museus terão que fazer amplo uso do seu potencial como agentes de comunicação, ajudando os componentes dos grupos a desenvolver novas percepções e abordagens sobre o patrimônio (ecomuseus e museus comunitários poderão dar um bom exemplo de como tais questões podem ser abordadas).

As políticas de desenvolvimento sustentável exigem um compromisso permanente com a redução das barreiras sociais, econômicas e educacionais. Não é fácil colocar em prática tais premissas, se considerarmos que a prática museológica ainda permanece fortemente relacionada ao modelo do Museu Tradicional - e esta é a razão pela qual, em muitos países, os museus ainda ocupam uma posição de pouco destaque na arena pública. Apesar dos enormes ganhos e do sucesso de muitas iniciativas e programas da área, há muito a ser feito: em vários países, os códigos de deontologia e ética relacionados a museus e ao patrimônio ainda fazem pouca referência à imensa responsabilidade que se deve ter com relação aos processos naturais e culturais - e isto inclui o respeito à dignidade humana. Lembraríamos aqui que, mais de 30 anos após o advento da 'Museologia social', ainda estão por ser definidos os padrões éticos que devem pautar as relações entre especialistas e comunidades musealizadas.

Não se trata de defender valores comuns numa sociedade globalizada: pelo contrário, uma verdadeira ética museológica deverá prevenir perspectivas ilusionais, buscando situar o verdadeiro papel dos museus e do patrimônio na agenda política, econômica e cultural dos diferentes grupos sociais. Museus deverão voltar-se essencialmente para a promoção de processos de auto-estima e de auto-reconhecimento - especialmente nos países em desenvolvimento, onde as necessidades básicas das populações ainda não se encontram convenientemente atendidas.

O trabalho com a Museologia e o patrimônio permite uma experiência vívida e integrativa com diferentes matrizes culturais, promovendo uma sensibilidade especial que aproxima nossos olhos e mentes dos complexos e ricos ambientes simbólicos construídos, no tempo e no espaço, pelos infinitos movimentos transculturais das diferentes sociedades. Por esse motivo, é imperativo que os profissionais do campo museológico aprendam a desenvolver projetos e experiências compartilhados, visando tornar os museus mais atraentes para as sociedades do presente; e isto se fará por meio de um manejo inclusivo do patrimônio - que faça interfaces entre as propostas acadêmicas e os setores produtivos, tornando possível que os planos e políticas de desenvolvimento resultem em ações efetivamente transformadoras, que atendam às expectativas e necessidades das diferentes populações.

As **estratégias de ação** deverão adequar-se a cada categoria de Museu. Museus tradicionais deverão esforçar-se para implementar um discurso sintonizado com a ética contemporânea, adotando um formato organizacional descentralizado (estrutura em rede) e absorvendo as novas

especialidades e funções profissionais; deverão valorizar a estrutura informal e a inteligência emocional de suas equipes e abrir-se para as idéias e propostas de seus visitantes, reconhecendo o público como instância decisória. Museus de território devem atualizar suas propostas, percebendo as identidades em fluxo e revendo as relações possíveis da tríade museu / território / sociedade; devem, ainda, fazer amplo uso do seu imenso potencial para tornar-se 'testemunhos de resistência' contra os aspectos negativos da globalização e da vida contemporânea, fazendo o possível para chamar a atenção para a importância do patrimônio integral - especialmente o patrimônio imaterial. Museus virtuais devem atuar em rede do modo mais amplo possível, abrindo novas perspectivas de relações baseadas na criatividade e na informação. Museus de todas as categorias devem também adaptar-se às novas demandas do turismo cultural e patrimonial, administrando sua imagem pública de modo a tornar-se mais compreensíveis para a sociedade em geral. Este é um ponto estratégico não apenas para os museus e para o campo patrimonial, mas também para os países onde se situam, já que museus refletem a auto-imagem das sociedades que os criaram e mantêm. É importante que os museus sejam percebidos não como coisa pré-dada, mas como células, organismos vivos, em permanente evolução.

4. Museus Inclusivos

Museus devem ser, acima de tudo, inclusivos - sempre lembrando que ser inclusivo é integrar, abranger, trazer para si o que é diferente. Esta é principalmente uma questão de atitude, mais que de recursos materiais. Tornar-se inclusivo significa lembrar a importância que cada sociedade atribui a suas práticas tradicionais e à sua memória simbólica e material; reconhecer e respeitar os laços entre as diferentes comunidades, seu território geográfico e simbólico e suas formas e produtos culturais; tentar definir o que constitui *patrimônio* para cada grupo social; promover a participação e o compartilhamento de saberes, responsabilidades e autoridade sobre os processos de reconhecimento, definição, musealização e uso das referências consideradas 'patrimoniais'; enfatizar a importância da imaginação e da criatividade e o caráter emocional do patrimônio; evitar considerar outros grupos como 'menores', 'exóticos', 'étnicos' - ou necessitados de 'interpretação' por especialistas estranhos a suas raízes culturais; reconhecer as pessoas como patrimônio, reforçando os perfis identitários em nível local; estimular os processos de reapropriação simbólica, eficiente arma contra a exclusão social; compreender o patrimônio não como totalidade, mas como múltiplo - instância capaz de gerar novas formas de universalidade e de fraternidade.

Neste processo deverá ser possível reconhecer o significado cultural do passado como instância de mediação com o presente - algo contido no presente, e não algo que já se foi; e também incorporar as novas tecnologias, percebendo o museu como hipertexto, como espaço de possibilidades, aberto a novas métodos de documentação, preservação e interpretação da diversidade. Os métodos deverão incorporar o uso de referências e símbolos visuais e lingüísticos que sejam relevantes para cada grupo social; os exemplos deverão basear-se no cotidiano e no universo simbólico das comunidades às quais cada trabalho se dirige.

Deve-se ainda considerar que ser inclusivo não é realizar trabalhos sobre a diferença, mas sim trabalhar com o Diferente; não é falar do Outro,

mas deixá-lo falar - e ouvir o que ele tem a dizer; não é eliminar, mas acentuar a diferença - e aceitá-la. É atuar os museus não como espaços de exibição de objetos, mas como instancias de possibilidades, capazes de acolher os que se encontram à margem e oferecer-lhes um espaço de significação. Museus inclusivos devem ter profissionais inclusivos, prontos a participar de novas experiências e a ver as coisas não como parecem ser, mas como realmente são; capazes de fazer frente às mudanças sem esquecer a tradição. Devem também ser inclusivos para com seus profissionais, valorizando suas opiniões e experiência e levando em conta suas matrizes socioculturais.

Nossa proposta é a de uma Museologia integrativa, que valorize a tradição oral sem esquecer o patrimônio material - e que se aprimore pela experiência cotidiana. Neste contexto, o reforço às identidades culturais terão o efeito de um ato libertador, permitindo aos grupos envolvidos escolher como fazer uso de sua memória social para promover o auto-desenvolvimento, participando "da construção de um projeto de futuro num quadro de diversidade"⁶.

Museus inclusivos devem ajudar a construir a história contemporânea, permitindo melhor reconhecimento do mosaico cultural e interpretando a diversidade numa abordagem transcultural; participar do debate cultural, desenvolvendo programas de estudo, exposições e eventos dedicados às questões multiculturais; e promover uma abordagem ética da história recente, num esforço genuíno para obter um 'protocolo simbólico de compreensão' entre grupos culturais com um histórico de fricções. Devem, ainda, contribuir para o desenvolvimento de uma nova percepção de patrimônio, oferecendo um aporte equilibrado entre o velho e o novo; somando esforços com as comunidades locais para ampliar a percepção de que museus são para pessoas comuns; atuando como fóruns abertos para o debate intercultural; e facilitando novas aproximações entre as pessoas e suas realidades.

Desde a sua criação, o ICOM vem desempenhando papel de destaque em todos esses processos. Sua liderança na promoção de uma percepção multicultural e de estratégias inclusivas para museus é amplamente reconhecida e pode ser claramente identificada em seus principais documentos: o Código de Ética para Museus e os Planos Estratégicos. Não por acaso, as três últimas décadas foram marcadas por uma multiplicação de experiências que reforçam o papel fundamental da ética museológica no desenvolvimento de ações que visam manter em equilíbrio os recursos globais, para o benefício da sociedade humana. A partir de 1989 - e mais enfaticamente, desde 1995 - a Organização desenvolveu uma série de iniciativas priorizando a diversidade cultural e a inclusão nos museus. A Força Tarefa Transcultural (*Cross Cultural Task Force - CCTF*), criada sob o impacto da II Conferencia Mundial para o Desenvolvimento (Rio92), tornou-se tema prioritário e vem propondo alternativas para ajudar os museus a trabalhar com a diversidade cultural, especialmente no que tange às sociedades nativas. Sua missão inclui lutar contra os estereótipos, reconhecer os direitos e expressões culturais de todos os grupos e facilitar o reconhecimento, pelos especialistas, de valores plurais⁷.

⁶ UNESCO/ICOM. Cumbre de Museos de Costa Rica, 1998

⁷ Entre as questões abordadas, o grupo defende que os museus devem: a) reconhecer e refletir a diversidade cultural; b) explorar a Museologia inclusiva; c) aumentar a percepção sobre as necessidades culturais das minorias, das sociedades tradicionais e das sociedades 'em transição'; d) reconhecer as tendências homogeneizantes e universalizantes do discurso cultural; abordar as questões transculturais de forma inovadora; e) realizar experiências integrativas, mas não assimilacionistas; f) utilizar as redes e o intercambio cultural como

O ICOM defende que os museus devem tornar-se progressivamente fóruns para a 'promoção das relações comunitárias e da paz'. A ênfase nas questões multiculturais reflete-se em todas as atividades da Organização e vem sendo sistematicamente abordada nas últimas Conferências Gerais: *Museus e Diversidade Cultural* (1998); *Administrando a Mudança: museus frente aos desafios socioeconômicos* (2001); *Museus e o Patrimônio Imaterial* (2004)⁸. Em 2007, a comunidade internacional fez a crítica ao *Museu Universal*, numa abordagem contemporânea, em cenário de globalização; e a Assembléia Geral de Museus reforçou a idéia de diversidade cultural enquanto "patrimônio compartilhado da humanidade", enfatizando a necessidade do diálogo intercultural para 'implementar os instrumentos de comunicação multilíngüe para refletir a diversidade de seus membros e parceiros'. Em 2010, o tema da Conferência Geral será *Museus para a Harmonia Social*.

A partir de 2008, o ICOM aderiu também a uma nova - e brilhante - iniciativa sobre a inclusão: a **Conferencia Internacional sobre o Museu Inclusivo** (*International Conference on the Inclusive Museum*), evento anual que catalisa os estudos, experiências e debates sobre o tema, em nível mundial. Em sua terceira edição, a Conferencia realizou-se de 29 de junho a 2 de julho deste ano em Istambul, na Turquia⁹.

5. A experiência latino-americana

Em sintonia com tais movimentos, desenvolve-se desde 2001, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (RJ, Brasil) uma pesquisa denominada Patrimônio, Museologia e Sociedades em Transformação: a experiência latino-americana¹⁰, visando investigar as relações entre as tendências contemporâneas do pensamento e as recentes articulações do meio sociocultural na América Latina, especialmente no que tange aos modelos conceituais de meio ambiente e desenvolvimento - buscando compreender a sua influencia sobre o Patrimônio e a Museologia. A análise das práticas ditas '*museológicas*' no continente vem permitindo identificar os pontos de convergência e divergência entre discurso e ação museológica e patrimonial, possibilitando uma reflexão sobre os limites e possibilidades da nossa Museologia de constituir-se em elemento mediador do cambio social, especialmente no que se refere aos patrimônios locais. Entre as questões abordadas, estuda-se as influencias da globalização cultural na Museologia latino-americana; as possibilidades de atuação da Museologia em rede continental - como prática, domínio lógico e campo disciplinar; e o uso dos museus latino-americanos (especialmente os brasileiros) como instancias de consagração de identidades, de ideologias

ferramentas críticas para uma comunicação cultural e econômica efetiva e para o compartilhamento de diferentes abordagens. Desta forma, o ICOM propõe uma aliança entre cultura e desenvolvimento, assegurando-se de que as ferramentas das novas tecnologias sejam utilizadas em prol da diversidade cultural e das preocupações das minorias para com seu patrimônio.

⁸ Os trabalhos dessa Conferência provocaram uma profunda reflexão sobre a importância da linguagem e do patrimônio simbólico na manutenção e valorização do pluralismo cultural.

⁹ Disponível em <<http://onmuseums.com/conference-2010/>>. Acessado em 16.08.2010.

¹⁰ A pesquisa constitui o desdobramento, no Brasil, do Projeto *Patrimônio, Museologia, Museus e Sociedades em Transformação: Da Opressão à Democracia* (Heritage, Museums and Museology for Social, Cultural and Environmental Transition: From Oppression to Democracy) - projeto permanente de pesquisa dirigido por Vinos Sofka e associado ao ICOFOM

específicas, de determinadas práticas socioculturais e de modelos específicos de desenvolvimento.

A pesquisa vem apontando indicadores de ação que efetivamente podem contribuir para a compreensão das relações entre teoria e prática na Região: entre 2007 e 2009, identificou e analisou experiências de prática museológica e patrimonial, a partir de matriz de análise inspirada em autores do ICOFOM (Boylan, 1992; Desvallés, 1994, 1999; Scheiner, 1997, 1999) - obtendo interessantes resultados, especialmente no que se refere às relações entre as teorias sobre o Museu Inclusivo e as práticas desenvolvidas pelos museus da região.

Entre os resultados, revelou-se a existência de diferentes matrizes de prática museológica na América Latina, que variam do modelo centralizado de gestão, em âmbito federal (Brasil, México, Argentina) aos movimentos de gestão articulada entre países (área Andina). Neste contexto, evidenciam-se os exemplos de práticas desenvolvidas desde a base, dos quais é exemplo notável a Venezuela (Coro e La Vela); cabe também destacar outros interessantes projetos de inclusão social pela Museologia, como os trabalhos de Graciela Smilchuk, no México; de Lucia Astudillo, no Equador; e de Elvira Pereyra, na Argentina; e as iniciativas de musealização de favelas, realizadas no Brasil com resultados que vêm-se mostrando muito positivos. No que se refere ao Brasil, a pesquisa revelou ainda que, de um total de 2.717 museus pesquisados¹¹, 2.013 (74.09%) não possuem instalações inclusivas, comprovando assim que, apesar do esforço realizado para tornar mais inclusivos os museus brasileiros, estendendo a sua ação a todos os segmentos da sociedade, de certa forma as intenções ainda residem no âmbito do discurso¹².

No Brasil, as práticas museológicas precisam ser pensadas num contexto “que exige revisão dos modelos que orientaram suas ações, políticas, modos de compreensão e fazer” (MORAES, 2006: 103-110). De certa forma, é isto o que vem tentando fazer o Estado brasileiro, ao criar e implementar um conjunto de políticas públicas para o campo, pautadas numa ação direcionada a responder aos anseios e necessidades dos museus e de seus profissionais. Todas essas iniciativas nos lembram que o dever ético dos museus é atuar como instância de representação e preservação dos principais valores culturais da sociedade humana. Mas, como foi comprovado pelos dados da pesquisa por nós realizada, esta colaboração não deve limitar-se ao desenho de estratégias de uso de museus ou a planos de visitação, mas a uma atuação que garanta a compreensão mútua dos conceitos e das possibilidades e limites éticos do campo, tornando possível que comunidades de todas as matrizes socioculturais encontrem espaço, tempo e distanciamento para considerar cuidadosamente suas necessidades.

¹¹ Fonte: Cadastro Nacional de Museus - IBRAM. Dados disponíveis *on line*. Acessado em novembro de 2009.

¹² A pesquisa revelou ainda um flagrante paradoxo: ao mesmo tempo em que elabora um vigoroso discurso sobre o papel social dos museus, a instância federal é responsável por um contingente mínimo de museus adequadamente equipados (8.72% do total de museus com informações disponibilizadas no Cadastro).

Isto inclui negociação ativa e grande dose de tolerância - mas certamente levará a uma ação transformadora, a um passo positivo rumo ao desenvolvimento e à harmonia social. Compartilhar para transformar: eis o que devem fazer os profissionais para atuar efetivamente os museus como pontes entre culturas - diminuindo as muitas 'fendas entre mundos' às quais se refere García Canclíni.

Rio de Janeiro, agosto 2010

Resumo

O texto aborda o conceito de Museu Inclusivo, fundamentado numa percepção pluralista de cultura, defendendo o potencial dos museus para operar como novos espaços para o diálogo intercultural, através do compartilhamento, com outros campos disciplinares, de idéias, olhares e experiências de vida de diferentes grupos sociais. Museus devem atuar como agentes de mudança, visando o exercício de uma prática profissional responsável. Neste processo, devem incorporar representantes de diferentes sociedades e culturas, não apenas na esfera do discurso, mas no planejamento e desenvolvimento de estratégias de ação que comprovem ser uma expressão da diferença. Faz-se menção especial à experiência latino-americana, onde especialistas no campo da Museologia e do Patrimônio devem aprender a atuar em sintonia com os setores produtivos, a fim de desenvolver e implementar políticas e estratégias de ação que efetivamente conduzam ao desenvolvimento sustentável, sem danos ao patrimônio.

Palavras-chave: Museu. Museologia. Sociedade. Patrimônio. Desenvolvimento. Museu inclusivo.

REFERÊNCIAS

- FISCHER, Gustave Nicolas. **Les Domaines de la Psychologie Sociale: le champ du social**. Paris: Bordas, 1990.
- GALLA, Amarewar. Issues for Museums in Post-colonial Societies. **Occasional Papers**, the Commonwealth Association of Museums. Calgary, Bombay, 1993. No. 1, May 1993. p. 1 - 25.
- _____. Some challenges for reconciling the past with the future. In: Museums and Indigenous People. **ICOM News**, 2:46, 1993, p. 3-6.
- GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998. 385 p. il.
- GOODLAND, Robert et al. - *Environmentally Sustainable Economic Development: building on Bruntland*. UNESCO, 1991, 100 p.
- GOODNOW, Catherine, LOHMAN, Jack, BREDEKAMP, Jatti. **Challenge and Transformation: museums in Cape Town and Sidney**. Paris: UNESCO, 2006. 221 p.
- MITCHELL, Roy - *Cultures, Identity and Museums*, in: Museums and Indigenous People. **ICOM News**, 2:46, 1993, 1.
- OEA - Alternativas de Educación para Grupos Culturalmente Diferenciados. Tomo III. OEA, **Museos y Educación**, 1985. 112 p.
- MORAIS, Nilson Alves de. Museu e Museologia: itinerários e enfrentamentos contemporâneos. In: GORGAS, Mónica R. de, VIEREGG, Hildegard K. (Org.). **Symposium Museology – a field of knowledge: Museology and History. Muséologie – un champs de connaissance: Muséologie et Histoire. Museología – un campo del conocimiento: Museología e Historia**. [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY /ICOFOM (29)]. [ANNUAL MEETING OF ICOFOM LAM (15)]. Alta Gracia, Córdoba, Argentina. October 5-11, 2006. Coord. Mónica Gorgas. Córdoba: ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM; ICOFOM STUDY SERIES – ISS 35. 2006. Published by Museo Nacional Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa Virrey Liniers on behalf of ICOFOM (ICOM/ International Committee for Museology). Munich, Germany / Alta Gracia, Córdoba, Argentina. 2006. p. 103-110.
- RABERG, Per. Ecology as a Humanistic Discipline – a challenge for museums. In: **The Life Region – the social and cultural ecology of sustainable development**. Umea University.
- SCHEINER, Tereza. **Imagens do não-lugar: comunicação e os 'novos patrimônios'**. Tese de Doutorado. RJ, ECO/UFRJ, 2004
- _____. *Museologia, Turismo y Desarrollo Sustentable*. Paper presented to the UNESCO Consultancy on Heritage and Tourism. Asunción, Paraguay, November 1999.
- _____. Museus e patrimônio natural: alternativas e limites de ação. In: **Ciências em Museus**. CNPq, 1990. vol. 2, p. 9 -15.
- _____. *Patrimônio, Museologia e Sociedades em Transformação*. Relatório final de pesquisa submetido ao CNPq. RJ, PPG-PMUS, novembro de 2009. 70 p. il. [restrito].
- _____. *Por uma abordagem holista de Cultura*. Conferência. UNIRIO/ CCH, outubro de 1995. Não publicada.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 268 p.
- UNESCO - **Documento de Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educación Superior**. UNESCO, 1995. 54 p.
- UNITED NATIONS - United Nations Conference on Environment and Development. Agenda 21. Item 9 of the provisional agenda - Adoption of agreements on environment and development. Rio de Janeiro, 3/14 - June 1992.
- _____. - ibid. Section III - Strenghtening the Role of Major Groups.
- WADDINGTON, D. J. and STOLMAN, J. - *Education in Global Change*, in: **Global Change Newsletter**, 10, June 1992, 3-4.

HERITAGE, MUSEUM AND CHANGING SOCIETIES: SOME THOUGHTS ON THE INCLUSIVE MUSEUM

Abstract

This paper approaches the concept of *Inclusive Museum*, based on a pluralist perception of culture and defends the potential of museums to operate as new spaces for intercultural dialogue through the sharing of ideas, points of view and living experiences with other fields of action. Museums must act as agents of change, leading to the exercise of a responsible social practice. In this process, they must incorporate representatives of different social and cultural groups, not only in the sphere of discourse, but in the planning and development of strategies of action that prove to be an expression of difference. Special mention is made to the Latin American experience; where specialists in the museum and heritage fields must learn to work together with the productive sectors, in order to develop and implement policies of action that really help sustainable development, without being harmful to heritage.

Key words: Museum. Museology. Society. Heritage. Development. Inclusive museum.

CONFERENCIA MAGISTRAL

PATRIMONIO, MUSEOLOGÍA Y SOCIEDADES EN TRANSFORMACIÓN: REFLEXIONES SOBRE EL MUSEO INCLUSIVO

Prof. Dr. Tereza Cristina Scheiner
Programa de Postgrado en Museología y Patrimonio
(PPG-PMUS – UNIRIO/MAST) - RJ, Brasil

Introducción

Los incontables cambios del ambiente contemporáneo influyen de modo espectacular sobre las bases conceptuales y éticas de la Museología. A consecuencia, las categorías conceptuales utilizadas hasta los años 1990 - las cuales servían de base a la clasificación de museos y a los códigos específicos de la Museología - fueron revistas y diversificadas, dando origen a nuevos conceptos, más adecuados a las nuevas realidades. La Nueva Museología, paradigma de los años 1970 y 1980, coexiste ahora con nuevas teorías y prácticas, como el Museo Virtual. Hay una tendencia general a comprender al Museo ya no más como institución, sino como fenómeno social, capaz de actuar simultáneamente en el estudio y la conservación de la cultura y de generar nuevos conocimientos, influyendo de modo positivo en el desarrollo social. Uno de los desafíos de la práctica museológica en los días de hoy es, pues, comprender y aceptar al Museo más allá de sus bases institucionales: como fenómeno, obra abierta, proceso - una instancia simbólica, cuya identidad se constituye en las distintas formas de relación entre humanidad, sociedad, naturaleza y cultura.

La expresiva vinculación de la Museología a las directivas mundiales para la cultura y el desarrollo revela una imagen muy nítida de su potencial de movilización cultural - que debe traducirse, en ámbito nacional y local, por medio de prácticas que verdaderamente se alineen a las necesidades de las poblaciones. La Museología refuerza, hoy, su carácter social: museos actúan en común objetivo con las áreas y expresiones patrimoniales y con las agencias dedicadas al medio ambiente, dibujando estrategias volcadas hacia un desarrollo más armonioso de las poblaciones. Dichas premisas, que integran la Carta de la Tierra¹, constituyen una llamada a la responsabilidad, de la cual no podemos eximirnos.

1. Identidad, Multiculturalidad: reflejos de la transformación

El tema de las identidades y del pluralismo cultural se ha vuelto prioritario para la comunidad académica desde la adopción de los paradigmas de pensamiento definidos al largo de los años 1960. Percibidas como valores en ascensión, las cuestiones identitarias y de la multiculturalidad son

¹ Documento elaborado en 1999, en respuesta a compromisos asumidos por los Estados Nacionales durante la Río92.

incorporadas a la agenda ética de todos los pueblos que visen garantizar una co-existencia digna, en territorio común; y pasan a fundamentar nuevas tendencias ideológicas, influenciando la agenda de debates en los campos de la política y de la economía, del ámbito global al local. Países de tradición colonialista abren espacio para el debate sobre la diferencia y las identidades - tanto las reconocidas, fundadas en la Tradición, como las nuevas articulaciones identitarias, generadas en las múltiples y ricas interfaces de los grupos emergentes; el diálogo intercultural se vuelve tema imperativo y base de las estrategias de acción en favor de la democracia y de la paz mundial. Los estudios multiculturales enfatizan el trabajo integrado, con las sociedades antes consideradas 'simples' y con distintos grupos de interés en el interior de cualquier sociedad. Se multiplican los estudios sobre etnias y grupos culturalmente diferenciados. Surgen interesantes parcerías con organizaciones étnicas, gobiernos tribales, grupos de vecindad, asociaciones de barrio, organizaciones profesionales y minorías de todos tipos.

Se percibe que el término 'minorías' no se refiere necesariamente a comunidades con algunas centenas de personas: como ya hemos mencionado en trabajos anteriores, el inventario internacional de los pueblos indígenas, realizado por las Naciones Unidas en 1993², reveló que estos representaban, en aquel momento, unos 4% de la población mundial - un contingente de más de 250 millones de individuos, pertenecientes a 5.000 diferentes sociedades, distribuidas por el territorio de 70 países³. El trabajo con las denominadas 'minorías' se vuelve así tema de alta relevancia estratégica - especialmente en países como China, con sus 55 minorías étnicas oficialmente reconocidas, y representadas, en el año 2000, por 106.43 millones de personas, un número que excede la población de la mayoría de los países de Europa y también de México, Australia y Canadá. Se trata de un universo altamente significativo, y que se debe analizar con la mayor atención y respeto.

Estas y otras realidades comprueban que las narrativas de la escena social deben ser necesariamente plurales, posibilitando que las muchas identidades constitutivas del cuerpo social sean bien representadas - cuestión prioritaria en el campo de la Museología y del Patrimonio. Un abordaje verdaderamente multicultural implica no apenas en una aproximación de la diversidad desde el punto de vista del que la realiza (abordaje Uno para Muchos), sino también significa permitir que las diferentes culturas se vean y se relacionen unas a las otras, a su propia manera (abordaje Muchos para Muchos). Este es el genuino significado de la expresión **diálogo intercultural**. Y es lo que verdaderamente genera la tolerancia.

2. Patrimonio y Museos en el Escenario Global

Desde los años 1960, una serie de Cartas y Declaraciones viene reafirmando el compromiso de las organizaciones mundiales con el diálogo intercultural. Dichos documentos se han multiplicado a partir del advenimiento del siglo 21. Como ejemplo, podríamos mencionar a la Declaración Universal para la Diversidad Cultural (UNESCO, 2002) y la Convención para la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales (UNESCO, 2005). La defensa de la diversidad incluye el compromiso ético

² Año Internacional de las Comunidades Indígenas - UNESCO.

³ En ese mismo año, los participantes de la *Primera Conferencia Internacional sobre los Derechos de Propiedad Intelectual y Cultural de los Pueblos Indígenas* declaró el derecho de esas comunidades a la autodeterminación y a su producción cultural e intelectual.

hacia los derechos humanos y a la libertad, asimismo como la garantía de acceso libre al conocimiento - de los saberes tradicionales a las nuevas tecnologías. En este contexto, adquieren especial importancia la diversidad lingüística y las tradiciones orales, asimismo como sus interfaces con las nuevas tecnologías de la información y de la comunicación (NTICs) - temas ya abordados de manera enfática en documentos como la Carta para la Preservación del Patrimonio Digital y la Convención Internacional de Protección al Patrimonio Inmaterial (UNESCO, 2003)⁴.

Se da aún énfasis especial a las tradiciones orales en la Web, donde centenas de grupos culturales desarrollan herramientas digitales para la defensa de su estructura lingüística. Variados ejemplos se destacan: en Tanzania, un proyecto desarrollado desde 2003 crea facilidades digitales en las once lenguas tradicionales del país; en el Mali, una Academia Africana de Lenguas (ACALAN) defiende la continuidad del uso de lenguas tradicionales y promueve el registro digital de 20 lenguas africanas y de variados dialectos locales. En Latinoamérica, un Instituto para la Lengua y la Cultura Aymara (ILCA) desarrolla un trabajo de valoración de la lengua aymara y de otras lenguas andinas.

El desarrollo de programas comunes - como el portal creado por catorce países de la región Asia-Pacífico, para intercambio técnico en comunicación y marketing de las tradiciones culturales indígenas - ayuda a proteger a las lenguas tradicionales y propicia una rica interfaz entre ellas y las lenguas hegemónicas de cada país, actuando como poderosa herramienta de intercambio cultural. Un buen ejemplo de este nuevo universo de posibilidades son los *sites* lingüísticos de China, que ofrecen informaciones bilingües (en inglés y chino) sobre todas las lenguas habladas en el país, incluyendo a 2.548 distintos dialectos. Aún en el continente asiático, se destaca India - que desde 2003 rindió disponible el sistema Linux en Hindi y Sanscrito, ampliando a seguir la oferta hacia otras once lenguas habladas en el país.

Las políticas globales sobre cultura y patrimonio se desarrollan hoy en estrecha relación con las políticas de desarrollo sostenible - llevando a la adopción de estrategias que sintonizan economía, protección a la naturaleza y la valoración de las condiciones de vida humana. Todo ello tiene estrecha relación con el campo cultural: **la cuestión-llave de la ética contemporánea es precisamente crear (o re-crear) una dimensión normativa para el comportamiento humano que no esté basada en valores monetarios, sino en el reconocimiento y el respeto a los valores considerados 'culturales'**.

Percibir la ética como valor implica ir más allá del ámbito del conocimiento, hacia el más hondo de los sentimientos humanos: la emoción.

⁴ Consideramos el año de 2003 emblemático para el campo de la Museología y del Patrimonio: en este año, la 32a. Conferencia General de la UNESCO adoptó la *Convención Internacional de Protección al Patrimonio Inmaterial* y la *Declaración sobre la Destrucción Intencional del Patrimonio*. Inició asimismo las negociaciones para una convención sobre la diversidad cultural. Los Estados Partes realizaron la 14a. Asamblea de la Convención de 1972 sobre el Patrimonio Mundial y una reunión de la Convención de 1970 sobre el Trafico Ilícito de Bienes Culturales. Se adoptó aún la *Recomendación sobre el Multilingüismo y el Acceso Universal al Ciberespacio*, asimismo como la *Carta sobre la Preservación del Patrimonio Digital*. En el campo de las ciencias, se iniciaron los trabajos para la adopción de un instrumento universal sobre bioética, más amplia que la Declaración Universal sobre el Genoma Humano y los Derechos Humanos (1997); y se aprobó la *Declaración Internacional sobre Datos Genéticos Humanos*. Fuente: <<http://portal.unesco.org/>>. Acceso en: 14.08.2010.

Es en el ámbito de la sensibilidad, dimensión donde se originan la inquietud, el deseo y las más hondas percepciones que se podrán desarrollar nuevas percepciones de la alteridad, y generar el verdadero cambio social - el que se vuelve posible cuando nos sentimos capaces de ver al Otro en la plenitud de nuestra individualidad, de nuestra humanidad. Somos, así, responsables por los modos y formas bajo los cuales nos relacionamos con la cultura, el patrimonio y las identidades, en todas las esferas de lo cotidiano. Se espera que las instituciones volcadas hacia la cultura y el patrimonio estén preparadas para adecuarse a esas (nuevas) realidades y que contribuyan para legitimar el cambio. Pero es ciertamente un gran desafío administrar dichas instituciones en el fluido escenario global.

En este escenario, los museos tienen un rol muy especial. Acordémonos que los museos se hallan hoy en evidencia, no apenas por su relevancia como agencias para la generación y la comunicación de cultura, sino también (y especialmente) debido a su capacidad de actuar junto al imaginario colectivo. Estar en evidencia es algo que los museos siempre han deseado alcanzar - pero no todos se encuentran totalmente preparados para hacer frente a las necesidades y expectativas que advienen de dicha visibilidad. La principal responsabilidad reside, naturalmente, en las manos de los museólogos, especialmente los responsables por la administración de museos y del patrimonio. El tema es de tal relevancia que el ICOM dedicó a él su Conferencia General de Museos en 2011 - Administrando el Cambio: museos frente a los desafíos socioeconómicos (*Managing Change: museums Racing socio-economic challenges*).

Para adaptar a los desafíos contemporáneos, los profesionales de museos deben: a) reconocer a los nuevos paradigmas de pensamiento que influyen a los museos y a la Museología, pues ya no es más posible percibir al Museo bajo los paradigmas de una extinta Modernidad; b) desarrollar la capacidad de actuar en sintonía con los nuevos paradigmas - elaborando narrativas y prácticas que efectivamente representen los valores de las sociedades contemporáneas; y c) implementar nuevas formas de relación entre los museos y el cuerpo social, valorando la presencia de los especialistas y al mismo tiempo abriendo espacios a la participación comunitaria. Se debe aún reconocer al Museo como fenómeno y a la Museología como disciplina dedicada al estudio del Museo; y desarrollar competencia técnica adecuada a la práctica museológica, cuidando para siempre renovar su compromiso ético frente a la sociedad.

Incorporar a la práctica museológica las premisas de trabajo intercultural se vuelve, así, más que necesidad técnica, un imperativo ético.

Se puede ver como tales premisas han pasado a reflejarse directamente en el Código de Ética Internacional para Museos, aprobado por la Asamblea General del ICOM de 2004. Entre los principios definidos por el nuevo Código, se destaca el no. 06, segundo el cual "museos trabajan en estrecha colaboración con las comunidades de las que se originan sus colecciones, asimismo como con aquellas a las que sirven". El texto define que

"colecciones de museos reflejan la herencia natural y cultural de las comunidades de las cuales advienen. Así, su carácter va más allá de la propiedad común, que puede incluir fuertes afinidades con la identidad nacional, regional,

local, étnica, religiosa o política. Es importante, pues, que las políticas de museos respondan a esa posibilidad".⁵

Para cumplir dichas metas es necesario reevaluar los conceptos de *Patrimonio* y de *Museo*, y también las representaciones vinculadas a esos conceptos - incorporando a la práctica museológica la idea de un patrimonio integral, que se extienda del territorio y de los objetos materiales a las representaciones de la naturaleza y de la cultura humana; e identificando las matrices de pensamiento que fundamentan las narrativas sobre el patrimonio, en sus relaciones con los conceptos de Humanidad, Naturaleza, Espacio, Tiempo y Acontecimiento, en todos los sistemas de pensamiento - especialmente los de la Actualidad.

Se debe tener en cuenta que el patrimonio es un concepto polisémico, que se refiere esencialmente al conjunto de elementos que cada individuo o grupo percibe como perteneciente a su ámbito personal. Como recurso, está ligado a las relaciones que cada grupo social establece con su producción simbólica; es, pues, un concepto directamente influenciado por las percepciones de Naturaleza y de Cultura de cada grupo social. **La percepción del patrimonio no adviene de la Ley o de gobiernos** - sino se construye en el plan personal, en el corazón y la mente de cada uno de nosotros, y tiene relación con el modo bajo el cual cada individuo percibe a sí mismo y al mundo. Así, la primera cuestión que se coloca para reconocer qué es patrimonio es la siguiente: ¿Qué es importante para mí (como individuo o grupo)?

Debemos entonces comprender al patrimonio como totalidad, o como un conjunto de totalidades, articulado de modo complejo. La relación fragmentada entre naturaleza y cultura, entre lo tangible y lo intangible, es un artificio: todo, en realidad, se relaciona con todo. Y si todo puede ser patrimonio, todo puede ser musealizado. Como ya lo sabemos hoy - y ya fue ampliamente ratificado por el ICOM - museos no tratan de objetos, sino del patrimonio integral. Como el patrimonio, Museo es también un concepto polisémico: ambos se refieren a todas las formas de realidad, de las manifestaciones de la mente humana a la biosfera.

3. Museología - fundamento teórico para la práctica museológica

El debate sobre patrimonio, desarrollo y diversidad cultural se ve reforzado por una bien definida fundamentación teórica. De ello trata, hoy, la Museología - y es esta la misión esencial del ICOFOM y del ICOFOM LAM⁶.

Al trabajar con los fundamentos teóricos de la Museología, se comprende la complementariedad entre la lógica holística y la lógica de

⁵ 6. Museums work in close collaboration with the communities from which their collections originate as well as those they serve. Principle: Museum collections reflect the cultural and natural heritage of the communities from which they have been derived. As such they have a character beyond that of ordinary property which may include strong affinities with national, regional, local, ethnic, religious or political identity. It is important therefore that museum policy is responsive to this possibility. ICOM Code of Ethics for Museums, 2004. Disponible en <www.icom.org>. Acceso en 14.08.2010.

⁶ ICOFOM - Comité Internacional para la Museología, ICOM; ICOFOM LAM - Subcomité Regional de Museología para América Latina y el Caribe - ICOM. Ambos tienen como objeto de trabajo implementar y consolidar una teoría de la Museología.

la diversidad: aunque todos los sistemas puedan ser percibidos como Uno, acogen en su interior la potencia del Múltiplo; por otro lado, cada Múltiplo es constituido por una serie de elementos, cada uno de ellos completo en si mismo. Percibir la realidad de forma holística puede ser el punto de partida para una nueva interpretación de los fenómenos socioculturales - ya que ello permite una nítida percepción de las complejas relaciones entre cultura, sociedad, patrimonio y museos. Pero es la aproximación a las tensiones que se crean entre el Uno y el Múltiplo lo que nos permitirá reanalizar los códigos de conducta históricamente definidos como 'universales', y comprender que ellos representan valores culturales de grupos hegemónicos, en situaciones específicas.

Bajo la influencia de esos nuevos paradigmas, se fortalece a cada día la percepción del Museo como fenómeno, originado no de la presencia de colecciones sino de las relaciones creativas desarrolladas por la sociedad humana frente a los diferentes ambientes naturales y culturales, en el tiempo y en el espacio - en sintonía con las visiones de mundo de cada grupo social. El Museo es Uno, pero se revela a la sociedad humana como Múltiplo: forma simbólica en permanente construcción, trasciende la materialidad de los objetos, relacionándose a todas las prácticas, valores y experiencias humanas. Como ya hemos dicho anteriormente (SCHEINER, 2004), Museo y Patrimonio son percibidos, hoy, como instrumentos semióticos,

"que se desdoblán en todas direcciones: de los mundos interiores de la percepción humana a los sentidos del cuerpo; del individuo a la sociedad; de lo tangible a lo virtual; de lo local a lo global. Poderosas construcciones simbólicas, [museo y patrimonio] se fundamentan en la percepción identitaria presente en todos los juegos de memoria, bajo las más distintas formas"⁷.

Saber cómo y qué el Museo significa es, hoy, una de las tareas de la Museología. Dicho estudio es implementado por medio de estrategias apropiadas de valoración de identidades, en ambientes de permanente cambio cultural. **Para comprender al Museo es pues necesario percibir sociedad, cultura y patrimonio como instancias plurales:** eso es lo que hará posible comprender los mecanismos bajo los cuales los museos interactúan con el cuerpo social, en el tiempo y en el espacio - y también las complejas relaciones que con ellos establece cada sociedad. Es precisamente en el encuentro de esas tendencias que se podrán identificar los valores mencionados arriba y que configuran los fundamentos éticos de la Museología y del patrimonio: a) reconocimiento de la pluralidad cultural; b) respeto por la naturaleza y por la esencia cultural de todos grupos sociales; c) defensa de las condiciones ambientales y culturales capaces de promover el bienestar y el desarrollo sustentable. Estos son los puntos focales para la implementación de políticas y directivas para el área cultural y para el campo de la Museología y del patrimonio.

Los cambios en la Museología teórica y aplicada hacen necesario revisar el rol y las responsabilidades de los museos y de los profesionales del

⁷ Museu e Patrimônio são percebidos, hoje, como instrumentos semióticos, que "se desdobram em todas as direções: dos mundos interiores da percepção humana aos sentidos do corpo; do indivíduo à sociedade; do tangível ao virtual; do local ao global. Poderosas construções simbólicas, fundamentam-se na percepção identitária presente em todos os jogos de memória, sob as mais diferentes formas". SCHEINER, Tereza. Imágenes del No-lugar. Comunicación y los 'Nuevos Patrimonios'. Tesis Doctoral. ECO/UFRJ, 2004 [Trad. de la autora].

campo: estos deben identificar bajo qué perspectivas dichas relaciones deben ser abordadas. Poner en práctica dichas premisas requiere una constante organización y un esfuerzo de renovación teórica y técnica, por parte de los programas de capacitación profesional. Para atender a la perspectiva multicultural, programas de capacitación para museos y el patrimonio deben ser dibujados para grupos específicos de interés, en sus lenguas de origen - y, siempre que posible, con especialistas de los mismos grupos. Ello refuerza la necesidad de que los museos e instituciones nacionales y regionales de patrimonio estimulen el desarrollo de programas de 'training for trainers' (capacitación para profesores), en todas las esferas de la teoría y de la práctica.

Otro reto a alcanzar es la adaptación de las prácticas a los problemas específicos de cada sociedad y/o región, con el desarrollo de alternativas locales para la implementación de las funciones museológicas básicas, sin comprometer la calidad del trabajo. Ayudar a las distintas sociedades a desarrollar una auto-percepción equilibrada y una visión clara de su significación y de su presencia en el planeta puede ser una perspectiva compleja para todos aquellos que aún abordan al patrimonio de modo tradicionalista; pero es un reto totalmente alcanzable cuando los museos abordan a la cultura y al patrimonio de modo plural. El cambio debe darse no solamente en el desempeño de las funciones museológicas sino también en el comportamiento de los profesionales de museos: estos deben adoptar un concepto de democracia que lleve en cuenta, como relevantes, los valores de todos los grupos sociales; y reconocer los derechos esenciales de todos los grupos a su patrimonio simbólico y material.

El respeto a las comunidades como responsables por su patrimonio implicará en un delicado y continuado debate sobre la capacidad de manejo compartido de las evidencias patrimoniales, especialmente en los casos en que dicha responsabilidad es compartida por grupos de diferentes matrices culturales. Encontrar el equilibrio entre ellos puede ser un proceso muy delicado - y, en dichos casos, los museos tendrán que hacer amplio uso de su potencial como agentes de comunicación, ayudando a los miembros de esos grupos a desarrollar nuevas percepciones y abordajes del patrimonio (ecomuseos y museos comunitarios podrán dar un buen ejemplo de cómo tales cuestiones pueden ser abordadas).

Las políticas de desarrollo sustentable exigen un compromiso permanente con la reducción de barreras sociales, económicas y educacionales. No es fácil poner en práctica tales premisas, si consideramos que la práctica museológica permanece aún estrechamente relacionada al modelo del Museo Tradicional - razón por la cual, en muchos países, los museos ocupan todavía una posición de poco destaque en la arena pública. A pesar de los muchos ganhos y del suceso de muchas iniciativas y programas en el área, hay mucho que hacer: en varios países, los códigos de deontología y ética relacionados a museos y al patrimonio hacen aún poca referencia a la inmensa responsabilidad que se debe tener con relación a los procesos naturales y culturales - y ello incluye el respeto a la dignidad humana. Nos cabe acordar aquí que, más de 30 años después del advenimiento de la 'Museología Social', aún están por definirse los padrones éticos que deben pautar las relaciones entre especialistas y comunidades musealizadas.

No se trata de defender a valores comunes en una sociedad globalizada, sino de buscar una verdadera ética museológica - que deberá prevenir perspectivas ilusorias, tratando de situar el verdadero rol de los

museos y del patrimonio en la agenda política, económica y cultural de los distintos grupos sociales. Museos deberán volcarse esencialmente hacia la promoción de procesos de autoestima y de auto-reconocimiento, especialmente en los países en desarrollo, donde las necesidades básicas de las poblaciones no se hallan aún convenientemente atendidas.

El trabajo con la Museología y el patrimonio permite una experiencia vívida e integrativa con distintas matrices culturales, promoviendo una sensibilidad especial que acerca nuestros ojos y mentes de los complejos y ricos ambientes simbólicos constituidos, en el tiempo y en el espacio, por los infinitos movimientos transculturales de las distintas sociedades. Es pues imperativo que los profesionales del campo museológico aprendan a desarrollar proyectos y experiencias compartidos, visando tornar los museos más atractivos para las sociedades de hoy; y ello se hará mediante un manejo inclusivo del patrimonio, que haga interfaces entre las propuestas académicas y los sectores productivos, tornando posible que los planes y las políticas de desarrollo resulten en acciones efectivamente transformadoras y que atiendan a las expectativas y necesidades de las distintas poblaciones.

Las **estrategias de acción** deberán adecuarse a cada categoría de Museo. Museos tradicionales deberán esforzarse para implementar un discurso sintonizado con la ética contemporánea, adoptando un formato organizacional descentrado (estructura en red) y absorbiendo las nuevas especialidades y funciones profesionales; deberán valorar la estructura informal y la inteligencia emocional de sus equipos y abrirse hacia las ideas y propuestas de sus visitantes, reconociendo al público como instancia decisoría. Museos de territorio deben actualizar sus propuestas, percibiendo a las identidades en flujo y reviendo las relaciones posibles de la tríada museo/territorio/sociedad; deben, aún, hacer amplio uso de su inmenso potencial para tornarse 'testimonios de resistencia' contra los aspectos negativos de la globalización y de la vida contemporánea, haciendo lo posible para llamar la atención hacia la importancia del patrimonio integral - especialmente el patrimonio inmaterial. Museos virtuales deben actuar en red del modo más amplio posible, abriendo nuevas perspectivas de relaciones basadas en la creatividad y en la información.

Museos de todas categorías deben asimismo adaptarse a las nuevas demandas del turismo cultural y patrimonial, administrando su imagen pública de modo a tornarse más comprensibles para la sociedad como un todo. Este es un punto estratégico, no apenas para los museos y para el campo patrimonial, sino también para los países donde se encuentran, ya que los museos reflejan el auto-imagen de las sociedades que los crearon y los mantienen. Es importante que los museos sean percibidos no como cosa pre-dada, sino como células, como organismos vivos, en permanente evolución.

4. Museos Inclusivos

Museos deben ser, sobretodo, inclusivos - siempre teniendo en cuenta que ser inclusivo es integrar, abarcar, traer para sí lo que es diferente. Esta es principalmente una cuestión de actitud, más que de recursos materiales. Tornarse inclusivo significa acordar la importancia que cada sociedad atribuye a sus prácticas tradicionales y a su memoria simbólica y material; reconocer y respetar los lazos entre las diferentes comunidades, su territorio geográfico y simbólico y sus formas y productos culturales; tentar definir qué constituye *patrimonio* para cada grupo social; promover la participación y el compartimiento de saberes, responsabilidades y autoridad

sobre los procesos de reconocimiento, definición, musealización y uso de las referencias consideradas 'patrimoniales'; enfatizar la importancia de la imaginación y de la creatividad, asimismo como el carácter emocional del patrimonio; evitar considerar otros grupos como 'menores', 'exóticos', 'étnicos' - o necesitados de 'interpretación' por parte de especialistas extraños a sus raíces culturales; reconocer a las personas como patrimonio, reforzando los perfiles identitarios a nivel local; estimular a los procesos de reapropiación simbólica, eficiente arma contra la exclusión social; comprender al patrimonio no como totalidad, sino como múltiplo - instancia capaz de generar nuevas formas de universalidad y de fraternidad.

En este proceso deberá ser posible reconocer al significado cultural del pasado como instancia de mediación con el presente - algo contenido en el presente, y no algo que ya se ha ido; y también incorporar las nuevas tecnologías, percibiendo al museo como hipertexto, como espacio de posibilidades, abierto a nuevos métodos de documentación, preservación e interpretación de la diversidad. Los métodos para lograrlo deberán incorporar el uso de referencias y símbolos visuales y lingüísticos que sean relevantes para cada grupo social; los ejemplos deberán basarse en lo cotidiano y en el universo simbólico de las comunidades a las que se direcciona cada trabajo.

Se debe aún considerar que **ser inclusivo no es realizar trabajos sobre la diferencia, sino trabajar con el Diferente; no es hablar del Otro, sino dejarlo hablar** - y escuchar lo que tiene a decir; **no es eliminar, sino acentuar la diferencia - y aceptarla**. Es actuar a los museos no como espacios de exhibición de objetos, sino como instancias de posibilidades, capaces de acoger los que se encuentran al margen y ofrecerles un espacio de significación.

Museos inclusivos deben tener profesionales inclusivos, aptos a participar de nuevas experiencias y a ver a las cosas no como parecerían ser, sino como son en realidad; capaces de hacer frente a los cambios sin olvidar a la tradición. Deben asimismo ser inclusivos para con sus profesionales, valorando sus opiniones y experiencia, y teniendo en cuenta sus matrices socioculturales.

Proponemos una Museología integrativa, que valore la tradición oral sin olvidar el patrimonio material - y que se aprimore por la experiencia cotidiana. En este contexto, el refuerzo a las identidades culturales tendrá el efecto de un acto libertador, permitiendo a los grupos involucrados elegir cómo hacer uso de su memoria social para promover el auto-desarrollo, participando de la "construcción de un proyecto de futuro en un cuadro de diversidad"⁸.

Museos inclusivos deben ayudar a construir la historia contemporánea, permitiendo un mejor reconocimiento del mosaico cultural e interpretando a la diversidad en un abordaje transcultural; participar del debate cultural, desarrollando programas de estudio, exposiciones y eventos dedicados a las cuestiones multiculturales; y promover un abordaje ético de la historia reciente, en un genuino esfuerzo para obtener un 'protocolo simbólico de comprensión' entre grupos con un histórico de fricciones. Deben aún contribuir para el desarrollo de una nueva percepción de patrimonio, ofreciendo un aporte equilibrado entre el viejo y el nuevo; sumando esfuerzos con las comunidades locales para ampliar la percepción de que museos son para

⁸ UNESCO/ICOM. Cumbre de Museos de Costa Rica, 1998

personas comunes; actuando como foros abiertos para el debate intercultural; y facilitando nuevas aproximaciones entre las personas y sus realidades.

Desde su creación, el ICOM viene desempeñando un rol de destaque en dichos procesos. Su liderazgo en la promoción de una percepción multicultural y de estrategias inclusivas para museos es ampliamente reconocido y puede ser claramente identificado en sus principales documentos: el Código de Ética para Museos y los Planes Estratégicos. No por acaso, las tres últimas décadas fueron marcadas por una multiplicación de experiencias que refuerzan el rol fundamental de la ética museológica en el desarrollo de acciones que visan mantener en equilibrio los recursos globales, para beneficio de la sociedad humana. A partir de 1989 - y más enfáticamente, desde 1995 - la Organización desarrolló una serie de iniciativas dando prioridad a la diversidad cultural y a la inclusión en los museos. La Fuerza Tarea Transcultural (*Cross Cultural Task Force - CCTF*), creada bajo el impacto de la II Conferencia Mundial para el Desarrollo (Río92), se ha vuelto tema prioritario y viene proponiendo alternativas para ayudar a los museos a trabajar con la diversidad cultural, especialmente en lo que toca a las sociedades nativas. Su misión incluye la lucha contra los estereotipos, el reconocimiento a los derechos y expresiones culturales de los grupos y el estímulo al reconocimiento de los valores plurales, por parte de los especialistas⁹.

El ICOM defiende que los museos deben tornarse progresivamente foros para 'la promoción de las relaciones comunitarias y de la paz'. La énfasis sobre las cuestiones multiculturales se refleja en todas las actividades de la Organización y es sistemáticamente abordada en las últimas Conferencias Generales: *Museos y Diversidad Cultural* (1998); *Administrando el Cambio: museos frente a los desafíos socioeconómicos* (2001); *Museos y el Patrimonio Inmaterial* (2004)¹⁰. En 2007, la comunidad internacional hizo la crítica al *Museo Universal*, en un abordaje contemporáneo, en escenario de globalización; y la Asamblea General de Museos reforzó la idea de diversidad cultural en cuanto 'patrimonio compartido de la humanidad', enfatizando la necesidad del diálogo intercultural para 'implementar los instrumentos de comunicación multilingüe destinados a reflejar a la diversidad de sus miembros y partners'. En 2010, el tema de la Conferencia General será *Museos para la Armonía Social*.

A partir de 2008, el ICOM adhirió asimismo a una nueva - y brillante -

⁹ Entre las cuestiones abordadas, el grupo defiende que los museos deben: a) reconocer y reflejar la diversidad cultural; b) explorar a la Museología inclusiva; c) aumentar la percepción sobre las necesidades culturales de las minorías, de las sociedades tradicionales y de las sociedades 'en transición'; d) reconocer a las tendencias homogeneizadoras y universalizantes del discurso cultural; abordar las cuestiones transculturales de forma innovadora; e) realizar experiencias integrativas, pero no asimilacionistas; f) utilizar las redes y el intercambio cultural como herramientas críticas para una comunicación cultural e económica efectiva e para el compartimiento de distintos abordajes. De esta forma, el ICOM propone una alianza entre cultura y desarrollo, asegurándose de que las herramientas de las nuevas tecnologías sean utilizadas para la diversidad cultural y las preocupaciones de las minorías para con su patrimonio.

¹⁰ Los trabajos de esa Conferencia han provocado una profunda reflexión sobre la importancia del lenguaje y del patrimonio simbólico en el mantenimiento y valoración del pluralismo cultural.

iniciativa de inclusión: la **Conferencia Internacional sobre el Museo Inclusivo** (*International Conference on the Inclusive Museum*), evento anual que cataliza los estudios, experiencias y debates sobre el tema, en nivel mundial. En su tercera edición, la Conferencia se ha realizado de 29 de junio al 2 de julio de este año en Istambul, Turquía¹¹.

5. La experiencia latinoamericana

En sintonía con dichos movimientos, se desarrolla desde 2001, en la Universidad Federal del Estado de Río de Janeiro - UNIRIO (RJ, Brasil) un proyecto de investigación denominado Patrimonio, Museología y Sociedades en Transformación: la experiencia latino-americana¹², que tiene como objetivo investigar las relaciones entre las tendencias contemporáneas de pensamiento y las recientes articulaciones del medio sociocultural en la América Latina, especialmente en lo que toca a los modelos conceptuales de medio ambiente y desarrollo - buscando comprender su influencia sobre el Patrimonio y la Museología. El análisis de las prácticas dichas '*museológicas*' en el continente viene permitiendo identificar los puntos de convergencia y divergencia entre discurso y acción museológica e patrimonial, posibilitando una reflexión sobre los límites y posibilidades de nuestra Museología y sobre su potencial para constituirse en elemento mediador del cambio social, especialmente en lo que toca a los patrimonios locales. Entre las cuestiones abordadas, se estudian las influencias de la globalización cultural en la Museología latinoamericana; las posibilidades de actuación de la Museología en red continental - como práctica, dominio lógico y campo disciplinario; y el uso de los museos latinoamericanos (especialmente los brasileños) como instancias de consagración de identidades, de ideologías específicas, de determinadas prácticas socioculturales y de modelos específicos de desarrollo.

La investigación viene apuntando indicadores de acción que efectivamente pueden contribuir para la comprensión de las relaciones entre teoría y práctica en la Región: entre 2007 y 2009, se han identificado y analizado experiencias de práctica museológica e patrimonial, a partir de matriz de análisis inspirada en autores del ICOFOM (Boylan, 1992; Desvallés, 1994, 1999; Scheiner, 1997, 1999) - con interesantes resultados obtenidos, especialmente en lo que toca a las relaciones entre las teorías sobre el Museo Inclusivo y las prácticas desarrolladas por los museos de la región.

Entre los resultados, se ha revelado la existencia de distintas matrices de práctica museológica en la América Latina, variando del modelo centralizado de gestión, en ámbito federal (Brasil, México, Argentina) a los movimientos de gestión articulada entre países (área Andina). En este contexto, se destacan los casos de prácticas desarrolladas desde la base, de las cuales es ejemplo notable Venezuela (Coro y La Vela). Cabe aún destacar otros interesantes proyectos de inclusión social por medio de la Museología, como los trabajos de Graciela Smilchuk, en México; de Lucia Astudillo, en el

¹¹ Disponible en <<http://onmuseums.com/conference-2010/>>. Asesado en 16.08.2010.

¹² La investigación constituye el desdoblamiento, en Brasil, del proyecto *Patrimonio, Museología, Museos y Sociedades en Transformación: de la Opresión a la Democracia* (Heritage, Museums and Museology for Social, Cultural and Environmental Transition: From Oppression to Democracy) – proyecto permanente de investigación, dirigido por Vinos Sofka y asociado al ICOFOM.

Ecuador; y de Elvira Pereyra, en la Argentina; asimismo como las iniciativas de musealización de favelas realizadas en Brasil, con resultados que se vienen revelando muy positivos. En lo que toca al Brasil, la investigación reveló aún que, de un total de 2.717 museos investigados¹³, 2.013 (74.09%) no poseen instalaciones inclusivas, lo que comprueba que, a pesar del esfuerzo realizado para tornar más inclusivos a los museos brasileños, extendiendo su acción hacia todos los segmentos de la sociedad, de cierta forma las intenciones aún residen en el ámbito del discurso¹⁴.

En Brasil, las prácticas museológicas necesitan ser pensadas en un contexto que "exige revisión de los modelos que orientaron sus acciones, políticas, modos de comprensión y de hacer" (MORAES, 2006: 103-110). De cierto modo, es ello lo que viene intentado hacer el Estado brasileño, al crear e implementar un conjunto de políticas públicas para el campo, pautadas en una acción direccionada a responder a los anhelos y necesidades de los museos y de sus profesionales. Esas iniciativas nos hacen acordar que el deber ético de los museos es actuar como instancia de representación y preservación de los principales valores culturales de la sociedad humana. Mas, como lo han comprobado los datos de la investigación realizada, dicha colaboración no debe limitarse al diseño de estrategias de utilización de museos o a planes de visitación, sino abarcar una actuación que garantice la comprensión mutua de los conceptos y de las posibilidades y límites éticos del campo, haciendo posible que comunidades de todas matrices socioculturales encuentren espacio, tiempo y alejamiento para considerar cuidadosamente sus necesidades.

Esto incluye la negociación activa y una gran dosis de tolerancia - pero seguramente llevará hacia una acción transformadora, a un paso positivo rumbo al desarrollo y a la armonía social. Compartir para transformar: es lo que deben hacer los profesionales, para actuar efectivamente a los museos como puentes entre culturas - disminuyendo las muchas "fendas entre mundos" de las cuales habla García Canclini.

Río de Janeiro, agosto 2010

¹³ Fuente: Cadastro Nacional de Museus - IBRAM. Datos disponibles *on line*. Asesado en noviembre de 2009.

¹⁴ La investigación reveló aún una flagrante paradoja: al mismo tiempo en que elabora un vigoroso discurso sobre el rol social de los museos, la instancia federal tiene, bajo su responsabilidad, un contingente mínimo de museos adecuadamente equipados para la inclusión (8.72% del total de museos con informaciones disponibilizadas en el Cadastro).

Resumen

El texto aborda el concepto de *Museo Inclusivo*, asimismo, la importancia de una percepción pluralista de la cultura y defiende el potencial de los museos para operar como nuevos espacios de diálogo intercultural compartiendo, con otros campos disciplinarios, ideas, miradas y experiencias de vida de distintos grupos sociales. Los museos deben actuar como agentes de cambio, apuntando hacia el ejercicio de una práctica profesional responsable. A este proceso se deben incorporar representantes de diferentes sociedades y culturas, no en el ámbito del discurso, sino en la planificación y el desarrollo de estrategias de acción que muestren ser una expresión de la diferencia. Se hace mención especial a la experiencia latinoamericana, donde expertos en el campo de la museología y el patrimonio deben aprender a actuar conjuntamente con los sectores productivos, a fin de desarrollar e implementar políticas y estrategias de acción que efectivamente conduzcan al desarrollo sustentable sin dañar el patrimonio.

Palabras clave: Museo. Museología. Sociedad. Patrimonio. Desarrollo. Museo inclusivo.

REFERENCIAS

- FISCHER, Gustave Nicolas. **Les Domaines de la Psychologie Sociale: le champ du social**. Paris: Bordas, 1990.
- GALLA, Amareswar. Issues for Museums in Post-colonial Societies. **Occasional Papers**, the Commonwealth Association of Museums. Calgary, Bombay, 1993. No. 1, May 1993. p. 1 - 25.
- _____. Some challenges for reconciling the past with the future. In: Museums and Indigenous People. **ICOM News**, 2:46, 1993, p. 3-6.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: estrategias para entrar y salir de la Modernidad**. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998. 385 p. il.
- GOODLAND, Robert et al. - *Environmentally Sustainable Economic Development: building on Bruntland*. UNESCO, 1991, 100 p.
- GOODNOW, Catherine, LOHMAN, Jack, BREDEKAMP, Jatti. **Challenge and Transformation: museums in Cape Town and Sidney**. Paris: UNESCO, 2006. 221 p.
- MITCHELL, Roy - *Cultures, Identity and Museums*, in: Museums and Indigenous People. **ICOM News**, 2:46, 1993, 1.
- OEA - Alternativas de Educación para Grupos Culturalmente Diferenciados. Tomo III. OEA, **Museos y Educación**, 1985. 112 p.
- MORAIS, Nilson Alves de. Museu e Museologia: itinerários e enfrentamentos contemporâneos. In: GORGAS, Mónica R. de, VIEREGG, Hildegard K. (Org.). **Symposium Museology – a field of knowledge: Museology and History. Muséologie – un champs de connaissance: Muséologie et Histoire. Museología – un campo del conocimiento: Museología e Historia**. [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY /ICOFOM (29)]. [ANNUAL MEETING OF ICOFOM LAM (15)]. Alta Gracia, Córdoba, Argentina. October 5-11, 2006. Coord. Mónica Gorgas. Córdoba: ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM; ICOFOM STUDY SERIES – ISS 35. 2006. Published by Museo Nacional Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa Virrey Liniers on behalf of ICOFOM (ICOM/ International Committee for Museology). Munich, Germany / Alta Gracia, Córdoba, Argentina. 2006. p. 103-110.
- RABERG, Per. Ecology as a Humanistic Discipline – a challenge for museums. In: **The Life Region – the social and cultural ecology of sustainable development**. Umea University.
- SCHEINER, Tereza. **Imagens do não-lugar: comunicação e os 'novos patrimônios'** [Imágenes del No-lugar: comunicación y los 'nuevos patrimonios'] Tesis Doctoral. RJ, ECO/UFRJ, 2004
- _____. *Museologia, Turismo y Desarrollo Sustentable*. Paper presented to the UNESCO Consultancy on Heritage and Tourism. Asunción, Paraguay, November 1999.
- _____. *Museus e patrimônio natural: alternativas e limites de ação*. [Museos y el patrimonio natural: alternativas y límites de acción] In: **Ciências em Museus**. CNPq, 1990. Vol. 2, p. 9 -15.
- _____. *Patrimônio, Museologia e Sociedades em Transformação*. Relatório final de pesquisa submetido ao CNPq [Patrimonio, Museología y Sociedades en Transformación. Relato final de investigación sometido al CNPq]. RJ, PPG-PMUS, noviembre de 2009. 70 p. il. [restrito].
- _____. *Por uma abordagem holística de Cultura*. Conferência. [Por un abordaje holístico de la Cultura]. Conferencia magistral. UNIRIO/ CCH, octubre de 1995. No publicada.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. [Antropológica del Espejo: una teoría de la comunicación linear y en red]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 268 p.
- UNESCO - **Documento de Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educación Superior**. UNESCO, 1995. 54 p.
- UNITED NATIONS - United Nations Conference on Environment and Development. Agenda 21. Item 9 of the provisional agenda - Adoption of agreements on environment and development. Rio de Janeiro, 3/14 - June 1992.
- _____. - *ibid*. Section III - Strengthening the Role of Major Groups.
- WADDINGTON, D. J. and STOLMAN, J. - *Education in Global Change*. In: **Global Change Newsletter**, 10, June 1992, 3-4.